

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – OUTUBRO/2022

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
Até dia 10	Os Órgãos Municipais deverão proceder a atualização do cadastro geral de entidades e pessoas – dados de setembro de 2022.	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 10	Todos os órgãos jurisdicionados (estadual e municipal) deverão encaminhar ao TCESP o documento de Cargo e documento de Função por Tempo Determinado (módulo Quadro de Pessoal) – Fase III do sistema Audeps (se houver), relativo a setembro de 2022.	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 10	Todos os órgãos jurisdicionados (estadual e municipal) deverão encaminhar ao TCESP o documento de Verbas Remuneratórias (cadastro) – Fase III do sistema Audeps (se houver), relativo a setembro de 2022.	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 10	Os Institutos e Fundos de Previdência dos Municípios deverão encaminhar a movimentação dos Fundos de Investimento por meio do Relatório de Investimento dos Regimes Próprios relativo a agosto de 2022.	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 10	Os Institutos e Fundos de Previdência dos municípios deverão encaminhar o Demonstrativo das Receitas Previstas e Arrecadadas pelo RPPS (DRPA) relativo a agosto de 2022 e o Demonstrativo de Parcelamento (DP) relativo ao 2º quadrimestre de 2022.	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 10	Todos os órgãos jurisdicionados (estadual e municipal) deverão encaminhar ao TCESP a prestação de contas/atualização dos dados do Cadastro de Obras relativo ao período de abril de 2022 a setembro de 2022. (Além da prestação/atualização, é obrigatória a complementação do cadastro com o endereço das obras informadas. Lembramos que todos os dados deverão ser informados com a fidedignidade requerida, conforme Comunicado SDG nº 34/2018, Comunicado SDG nº 03/2019, Comunicado SDG nº 19/2019, Comunicado SDG nº 29/2019 e Comunicado SDG nº 42/2019.)	Comunicado SDG nº 54/2021, do TCE-SP.
Até dia 10	As Prefeituras devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas à educação referente ao arrecadado no período de 21 a 30 do mês anterior.	§ 5º, do artigo 69, da Lei nº 9.394/1996.
Até dia 10	As Prefeituras devem encaminhar ao INSS, relação de todos os alvarás para construção civil e documentos de habite-se ou de declarações de ausência de movimento à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), concedidos no mês anterior. OBS.: O envio deverá ser feito por meio do por meio do Centro Virtual de Atendimento (Portal e-CAC), disponível no site da RFB na Internet, no endereço eletrônico http://www.gov.br/receitafederal/pt-br , com utilização de certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. A ausência de entrega configurará em infrações isoladas que, por economia processual, poderão integrar um único Auto de Infração ou Notificação de Lançamento. A entrega fora do prazo ou apresentação da relação com incorreções ou omissões também configurará a infração.	Instrução Normativa RFB 1.998/2020. Art. 50, da Lei nº 8.212/1991; §§ 1º e 2º, do artigo 226, do Decreto nº 3.048/1999, e Portaria MPS/SRP nº 160/2005, observado o §2º, do inciso V, do artigo 473, da Instrução Normativa RFB nº 1453/2014.

GEPAM, 09 de Outubro de 2022.
